

## Introdução

### I. Os Tipos de Habitat da Directiva 92/43/CEE (“Habitats”)

Os tipos de habitat de interesse comunitário são referenciados em função das diferentes Regiões Biogeográficas identificadas na Europa, sendo a sua presença ou a suficiência da sua representação em cada Estado-membro avaliada, em função daquelas unidades geográficas.

O território de Portugal continental abrange duas regiões biogeográficas: a Atlântica que, grosseiramente, corresponde ao Noroeste de Portugal, e a Mediterrânica, maioritária, que ocupa o restante território do continente.

No espaço EUR15 (não existe ainda informação consolidada para o conjunto dos 25 Estados-membros), ocorrem 117 tipos de habitat na Região Biogeográfica Atlântica sendo que destes 32 são considerados prioritários. Na Região Biogeográfica Mediterrânica ocorrem 141 tipos de habitat, sendo 35 prioritários.

Em Portugal continental estão registados 88 tipos de habitat (dos quais 17 são prioritários), que se distribuem da seguinte forma:

- 42 tipos de habitat (8 prioritários) ocorrem na Região Atlântica, sendo 1 tipo (código 2180) exclusivo desta região;
- 87 tipos de habitat (17 prioritários) ocorrem na Região Mediterrânica, sendo 46 (9 prioritários) tipos exclusivos desta região;
- 41 tipos de habitat (8 prioritários) ocorrem em ambas as regiões biogeográficas.

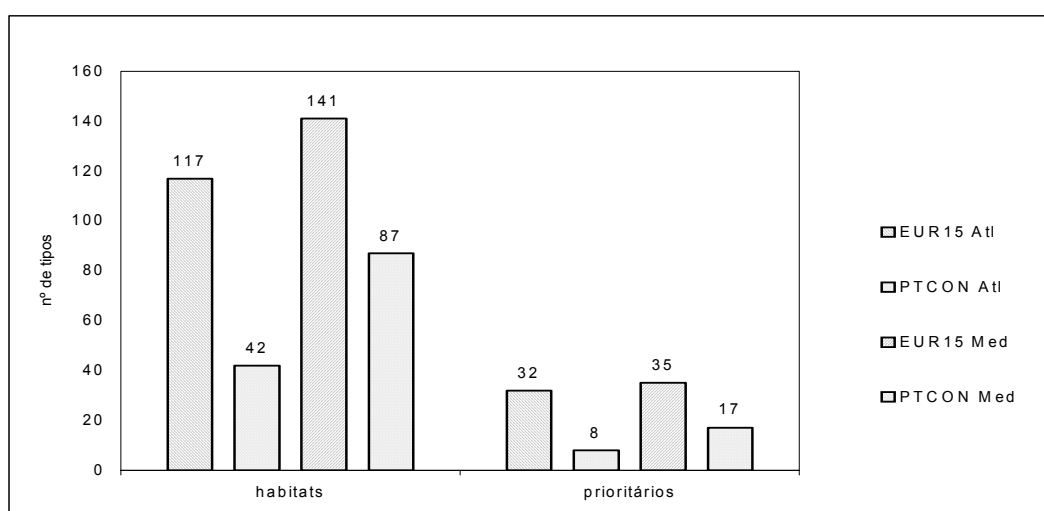


Fig. 1 Tipos de habitat por Região Biogeográfica

## Vol.II Valores Naturais

Como se pode depreender da leitura dos números acima e também pela sua área substancialmente superior à da Região Atlântica, a Região Mediterrânica engloba praticamente todos os tipos de habitat que ocorrem no continente português. Deve no entanto sublinhar-se que para uma apreciável quantidade de tipos, os exemplos mais representativos estão presentes na Região Atlântica.

Portugal regista a ocorrência no seu território atlântico de 36% dos tipos de habitat (25% dos prioritários) que ocorrem na totalidade da Região Atlântica (EUR15), enquanto no remanescente território mediterrânico se assinalam 62% dos tipos de habitat (49% dos prioritários) que ocorrem na totalidade da Região Mediterrânica (EUR15).

Atendendo à proporção da área do território português incluída nas Regiões Biogeográficas Atlântica e Mediterrânica em relação à área dos seus parceiros europeus (EUR15) nessas mesmas regiões biogeográficas, e tendo ainda em conta a quantidade de tipos de habitat presentes nos diversos Estados-membros, vemos que embora Portugal detenha em qualquer das duas regiões biogeográficas um menor número absoluto de tipos de habitat que qualquer dos outros Estados-membros, possui proporcionalmente uma biodiversidade que pode, na maioria dos casos, ser considerada superior.

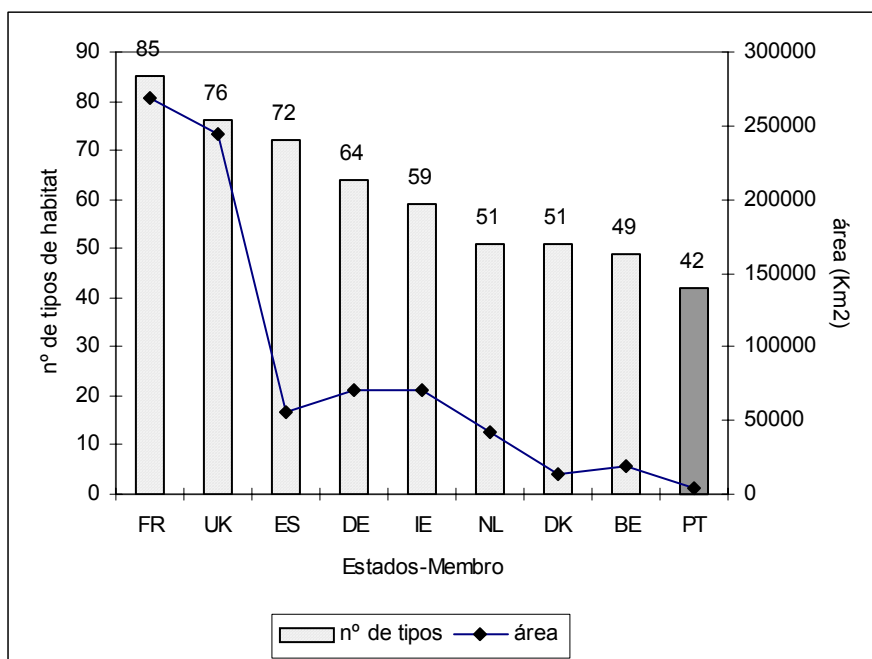


Fig. 2 Tipos de habitat presentes e área de cada Estado-membro na Região Atlântica

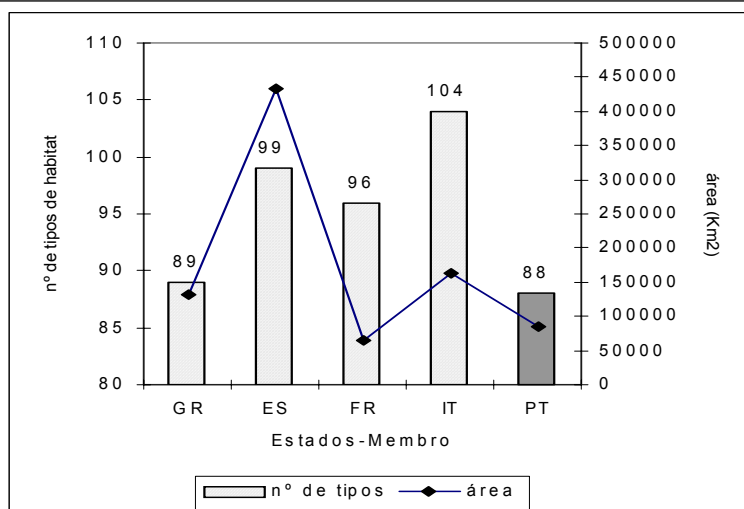


Fig.3 Tipos de habitat presentes e área de cada Estado-membro na Região Mediterrânica

A contribuição de Portugal para a conservação num estado favorável dos tipos de habitat de interesse comunitário é aferida não somente pela raridade e sensibilidade destes no território nacional, mas sobretudo pela sua peculiaridade de ocorrência no contexto do espaço europeu. Um tipo de habitat, mesmo que frequente no nosso país, que a nível comunitário ocorra maioritariamente em território nacional, acarreta um acréscimo de responsabilidade nacional perante os parceiros comunitários no que respeita à sua conservação. Portugal possui assim uma responsabilidade acrescida face às ocorrências endémicas de determinados tipos de habitat, ou àquelas com grande expressão relativa nos seus territórios biogeográficos.

Na Região Atlântica, no espaço EUR15, o tipo de habitat prioritário 5230\* (matos altos de lauróides) só ocorre em Portugal, estando ainda os tipos 2230 (areias costeiras com prados anuais oligotróficos), 6160 (matos rasteiros pioneiros e prados psicroxerófilos), 9380 (azevinhais) e 9580\* (bosquetes de teixo) limitados ao espaço ibérico.

Na Região Mediterrânea, no espaço EUR15, ocorrem exclusivamente em Portugal os tipos 1330 (prados-junciais dos estuários atlânticos), 2170 (depressões dunares com matagais de *Salix arenaria*), 4010 (urzais turfófilos de *Erica tetralix* e *Calluna vulgaris*) e 5140\* (matos baixos litorais com *Cistus palhinhae*).

Limitados à Península Ibérica encontramos os tipos 1230 (falésias atlânticas com vegetação), 1320 (arrelvados dominados por *Spartina maritima*), 2130\* (dunas cinzentas), 2150\* (tojais psamófilos), 2230 (areias costeiras com prados anuais oligotróficos), 3110 (águas oligotróficas em areias com vegetação da *Littorelletalia*), 4020\* (urzais-tojais meso-higrófilos e higrófilos), 6160 (matos rasteiros pioneiros e prados psicroxerófilos), 9230, 9240 (carvalhais de *Quercus robur* e/ou *Q. pyrenaica* e de *Q. faginea* subsp. *broteroi*) e 92B0 (amiais com adelfeiras), onde se salientam 3 tipos prioritários.

Uma representação suficiente dos tipos de habitat na Rede Natura 2000 é atingida se estiverem contempladas nesta rede ecológica europeia as diferentes variantes geográficas, as quais, *per si* e no seu conjunto, constituem um repositório inestimável de biodiversidade.

A localização periférica de Portugal, no que ao espaço europeu diz respeito, acentua significativamente a sua diversidade biológica face aos parceiros europeus, tornando sobremaneira expressivas as singularidades das variações regionais dos tipos de habitat que ocorrem em Portugal e que no território continental se traduzem em 168 subtipos, muitos deles com reduzida extensão de ocorrência, uma marcada especialização ou carácter finícola, com características únicas, não replicáveis, algo que deve também ser entendido como uma mais valia nacional.

### Tipos de habitat e Sítios onde ocorrem

A presença e distribuição dos diversos tipos de habitat nos 60 Sítios da Lista nacional não é, como expectável, uniforme. Existem 15 tipos presentes em apenas um ou dois Sítios e 8 tipos que se encontram representados em trinta ou mais Sítios.

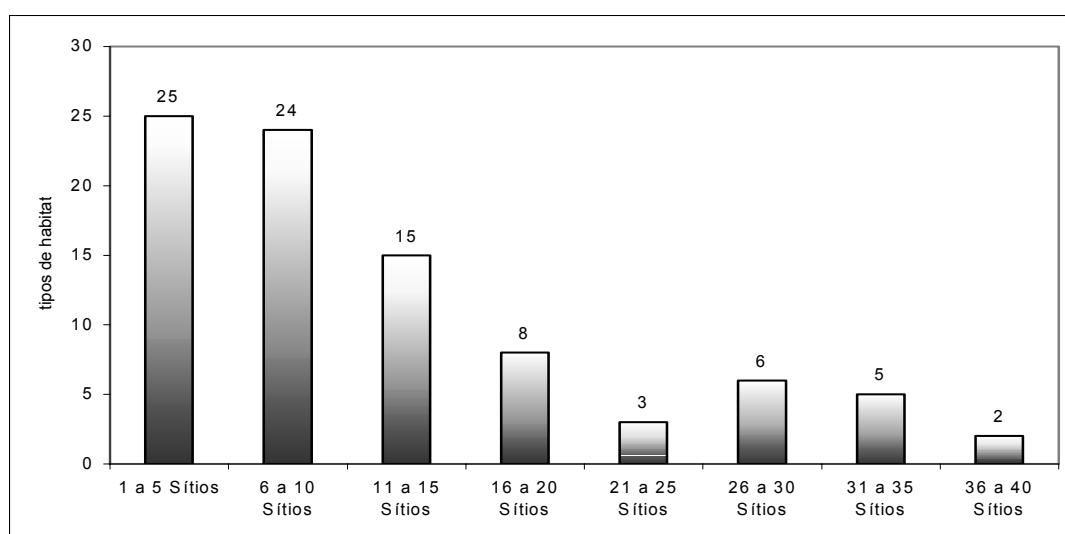


Fig.4 Presença de tipos de habitat em Sítios

Se atendermos aos Sítios que podem ser considerados como mais relevantes<sup>1</sup> para a conservação de determinado tipo de habitat, vemos que para 58 tipos não foram considerados mais do que cinco Sítios.

<sup>1</sup> Foram considerados como Sítios mais relevantes para a conservação dos tipos de habitat, aqueles onde estes se exprimem mais significativamente em termos de área, tipicidade ou singularidade, onde o estado de conservação se encontra num nível mais elevado, ou quando esses Sítios integram zonas limítrofes da extensão de ocorrência, englobam áreas de ocupação isoladas ou incluem áreas do tipo de habitat cuja conservação é tida como prioritária.

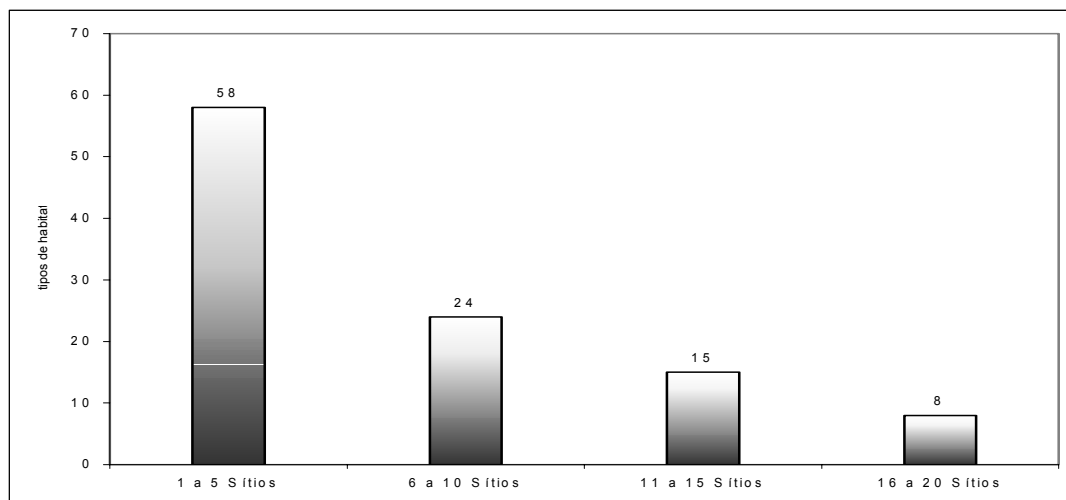


Fig.5 Presença de tipos de habitat em Sítios considerados relevantes

12 tipos têm como relevante só um Sítio:

- Prados-junciais dos estuários atlânticos (1330)
- Depressões dunares com *Salix arenaria* (2170)
- Dunas atlânticas com bosques de *Quercus* ou pinhais disclimácicos (2180)
- Águas oligo-mesotróficas calcárias com *Chara* sp.pl. e *Nitella* sp.pl. (3140)
- Cascalheiras ribeirinhas com comunidades herbáceas (3250)
- Urzais turfófilos de *Erica tetralix* e *Calluna vulgaris* (4010)
- Zimbrais-anões (4060)
- Matagais de buxo (5110)
- Piornais-serranos (5120)
- Matos baixos litorais com *Cistus palhinhae* (5140\*)
- Matos de eufórbias da Arrábida (5320)
- Comunidades arbustivas de falésias e áreas adjacentes, com *Astragalus tragacantha* (5410)

7 tipos têm como relevantes apenas 2 Sítios:

- Rias de águas salgadas (1160)
- Arribas costeiras do litoral Norte (1230)
- Águas oligotróficas sobre areias com vegetação da *Littorelletalia* (3110)
- Grutas, algares e minas (8310)
- Bosques mesotróficos de plano-caducifólias (9160)
- Amiais com adelfeiras (92B0)
- Bosquetes de teixo (9580\*)

## Vol.II Valores Naturais

14 tipos têm como relevantes somente 3 Sítios:

- Arribas litorais com vegetação com *Limonium* e *Armeria* endémicos (1240)
- Juncais halófilos mediterrânicos (1410)
- Depressões húmidas intradunares (2190)
- Dunas costeiras e paleodunas com vegetação anual oligotrófica (2230)
- Águas paradas com vegetação de *Littorelletea uniflorae* e/ou de *Isoeto-Nanojuncetea* (3130)
- Prados de *Molinia caerulea* e juncais não nitrófilos (6410)
- Lameiros meso-higrófilos de feno (6510)
- Biótopos higroturfosos com vegetação pioneira (7150)
- Afloramentos rochosos siliciosos com vegetação vascular rupícola (8220)
- Superfícies rochosas com vegetação pioneira crassifólia não calcícola (8230)
- Grutas marinhas (8330)
- Freixiais higrófilos, não rupícolas (91B0)
- Bosques de zambujeiro e alfarrobeira (9320)
- Azevinhais (9380)

**A tendência e o estado de conservação dos tipos de habitat<sup>2</sup>**

Com base na informação constante das fichas produzidas pela Associação Lusitana de Fitossociologia<sup>3</sup> para os tipos de habitat da Directiva “Habitats” que ocorrem em Portugal continental foi elaborada a seguinte tabela:

<sup>2</sup> O estado de conservação de um tipo de habitat pode ser definido como o efeito conjunto das influências que actuam sobre um determinado tipo de habitat e sobre as espécies típicas que nele ocorrem, susceptíveis de afectar a longo prazo a sua estrutura e as suas funções, bem como a sobrevivência a longo prazo das espécies típicas, e as suas repartição natural e área de ocupação.

O estado de conservação de um tipo de habitat será considerado «favorável» sempre que a estrutura e as funções específicas necessárias à sua manutenção a longo prazo existirem e forem susceptíveis de continuar a existir num futuro previsível, o estado de conservação das espécies típicas for favorável, e a sua área de repartição natural e as áreas de ocupação forem estáveis ou estiverem em expansão.

A classificação do estado de conservação em «favorável», «mediano» ou «desfavorável», é feita com base na ponderação dos graus de conservação da estrutura e das funções, e da possibilidade de restauro:

- estado da estrutura, em comparação com a informação constante da respectiva ficha, que fornece uma definição, uma diagnose, uma lista de espécies características e outros elementos pertinentes,
- grau de conservação das funções, traduzível pelas perspectivas (capacidade e probabilidade) de um tipo de habitat manter a sua estrutura, considerando actuais ou expectáveis influências desfavoráveis e os esforços de conservação exequíveis e razoáveis,
- possibilidade de restauro, avaliando a viabilidade científica da recuperação (pelo conhecimento das suas estrutura e funções, das medidas necessárias à recuperação – manter ou aumentar a área de ocupação do tipo de habitat, estabelecer a estrutura específica e as funções necessárias à sua manutenção a longo prazo, manter ou recuperar o estatuto de conservação das espécies directrizes, características e típicas) e a relação custo/eficácia em termos de conservação, considerando o grau de ameaça e a raridade do tipo de habitat.

<sup>3</sup> Associação Lusitana de Fitossociologia (ALFA) (2003). Tipos de Habitat Naturais e Semi-Naturais do Anexo I da Directiva 92/43/CEE (Portugal continental): Fichas de Caracterização Ecológica e de Gestão para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000. Relatório. Lisboa.

**Tipos (88)**

Área de Ocupação (10 anos)		Estado de Conservação		Objectivo para Área		Objectivo para Conservação	
expansão	9%	favorável	27%	expansão	31%	incrementar	73%
estável	42%	mediano	40%	manutenção	52%	manter	27%
redução	48%	desfavorável	30%	admissível redução	17%		
desconhecida	1%	desconhecido	3%				

**Subtipos (168)**

Área de Ocupação (10 anos)		Estado de Conservação		Objectivo para Área		Objectivo para Conservação	
expansão	13%	favorável	35%	expansão	27%	incrementar	64%
estável	37%	mediano	39%	manutenção	58%	manter	36%
redução	50%	desfavorável	24%	admissível redução	15%		
desconhecida	1%	desconhecido	2%				

**Tipos Prioritários (17)**

Área de Ocupação (10 anos)		Estado de Conservação		Objectivo para Área		Objectivo para Conservação	
expansão	6%	favorável	12%	expansão	41%	incrementar	88%
estável	35%	mediano	41%	manutenção	53%	manter	12%
redução	59%	desfavorável	41%	admissível redução	6%		
		desconhecido	6%				

**Subtipos Prioritários (35)**

Área de Ocupação (10 anos)		Estado de Conservação		Objectivo para Área		Objectivo para Conservação	
expansão	23%	favorável	11%	expansão	37%	incrementar	89%
estável	26%	mediano	54%	manutenção	51%	manter	11%
redução	51%	desfavorável	31%	admissível redução	11%		
		desconhecido	3%				

De uma análise às tendências manifestadas pelas áreas de ocupação dos diversos tipos de habitat que ocorrem na generalidade do território em Portugal continental verifica-se que, nos últimos 10 anos, 9% dos tipos de habitat viram a sua área de ocupação expandir-se, o que é sobejamente contraposto por uma percentagem de 48% de tipos com a área em regressão.

Se atendermos aos tipos de habitat prioritários, vemos que apenas 6% se expandiram, contra uns alarmantes 59% que têm a sua área de ocupação reduzida.

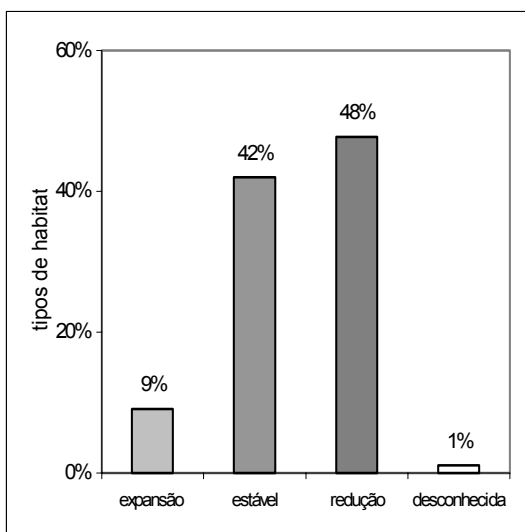


Fig.6 Tendência da área de ocupação (tipos de habitat)

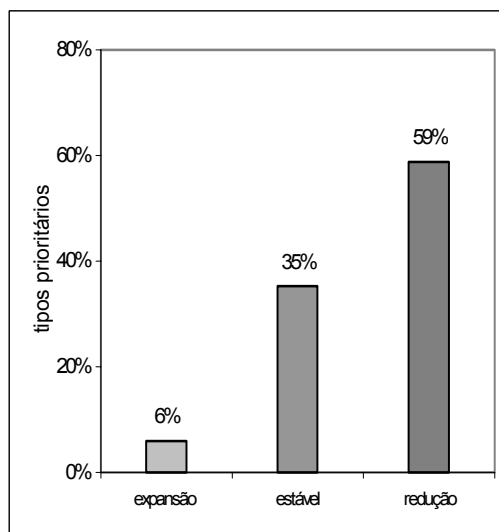


Fig.7 Tendência da área de ocupação (tipos de habitat prioritários)

Quanto ao estado de conservação se 27% dos tipos de habitat em Portugal continental são considerados num estado de conservação favorável, já 70% encontram-se num estado situado entre o mediano e o desfavorável. Considerando que os Estados-membros têm por obrigação a manutenção dos tipos de habitat num estado favorável de conservação, tal implicará um esforço significativo por parte de Portugal na elevação do grau de conservação de 71 dos tipos de habitat que ocorrem no seu território continental.

Para os tipos prioritários o cenário é justificadamente mais preocupante: apenas 12% em estado favorável e 82% em estado entre o mediano e o desfavorável.

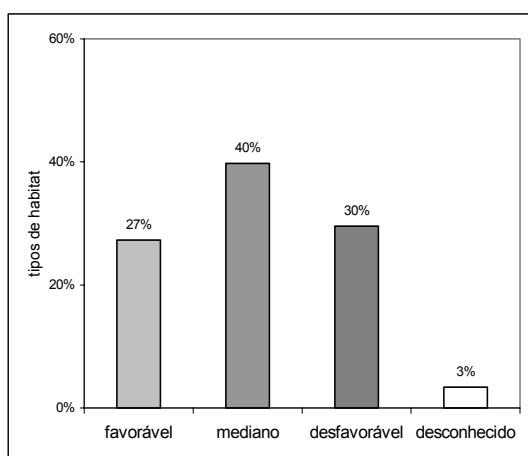


Fig.8 Estado de conservação (tipos de habitat)

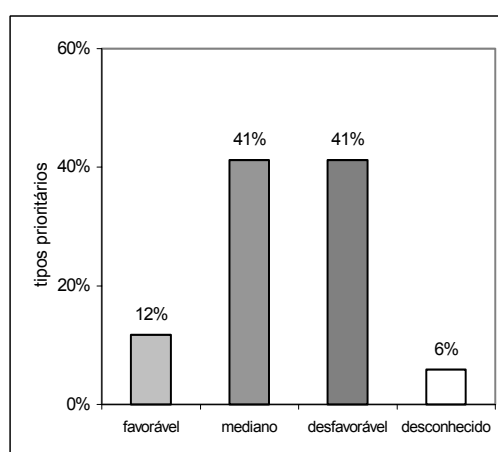


Fig.9 Estado de conservação (tipos de habitat prioritários)

Assim os Objectivos de Conservação fixados no Plano Sectorial devem reflectir necessariamente as tendências observadas e o estado de conservação dos diversos tipos de habitat.

No que se refere ao objectivo de conservação dirigido à área de ocupação é preconizada a sua expansão para 27 tipos de habitat (31%) e a manutenção de 46 tipos (52%), sendo considerada como aceitável a redução de área de 15 tipos de habitat (17%), maioritariamente por conversão para outras comunidades vegetais de valor superior para a conservação.

Quanto ao objectivo de conservação dirigido ao estado de conservação dos tipos de habitat, dada a larga percentagem considerada num estado mediano ou desfavorável, os objectivos fixados indicam que 64 tipos (73%) deverão ver a sua conservação melhorada, enquanto os restantes 24 tipos (27%) devem manter o estado de conservação actual.

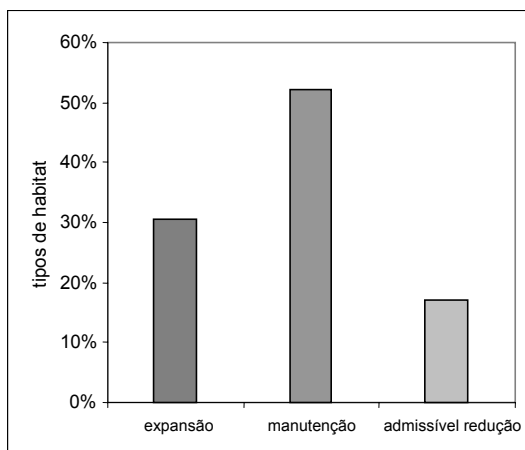


Fig.10 Objectivo – Área de ocupação (tipos de habitat)

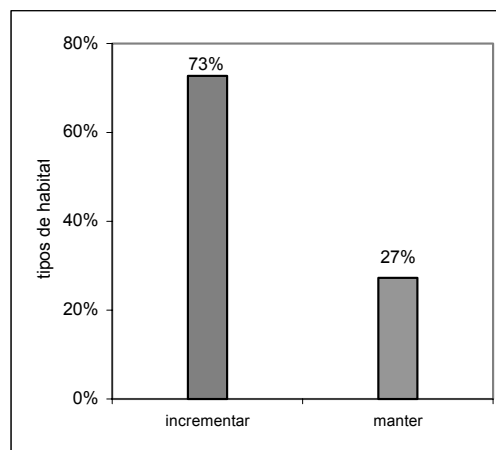


Fig.11 Objectivo – Estado de conservação (tipos de habitat)

Assim 30 (34%) tipos de habitat necessitam, mantendo-se a sua área de ocupação, de ver incrementado o seu estado de conservação e 27 (31%) tipos de habitat requerem simultaneamente a expansão da sua área de ocupação e a melhoria do seu estado de conservação.

### Objectivos de conservação por grupos e subgrupos de habitats

Tendo por referência os tipos de habitat organizados segundo os grupos abaixo<sup>4</sup>:

<sup>4</sup> Comissão Europeia (Direcção Geral de Ambiente; Unidade Natureza e Biodiversidade) (2003). *Interpretation Manual of European Union Habitats*. Bruxelas.

código	total de hab	designação do grupo
1XXX	16	Habitats costeiros e halófilos
2XXX	12	Dunas marítimas e interiores
3XXX	12	habitats de água doce
4XXX	5	Charnechas e matos das zonas temperadas
5XXX	8	Matos esclerófilos
6XXX	10	Formações herbáceas naturais e seminaturais
7XXX	2	Turfeiras altas, turfeiras baixas e pântanos
8XXX	7	Habitats rochosos e grutas
9XXX	16	Florestas

veremos que o grupo mais necessitado de medidas de conservação é o das turfeiras (7XXX) com os 2 tipos de habitat que o compõem (100%), exigindo incremento de área de ocupação e de grau de conservação, a que se seguem o grupo das florestas (9XXX) – com 94% dos tipos a necessitar de incremento de conservação e 63% dos tipos solicitando o incremento de área e conservação – e o grupo dos habitats dunares (2XXX) – com 92% dos tipos a necessitar de incremento de conservação e 50% dos tipos de incremento de área e de conservação).

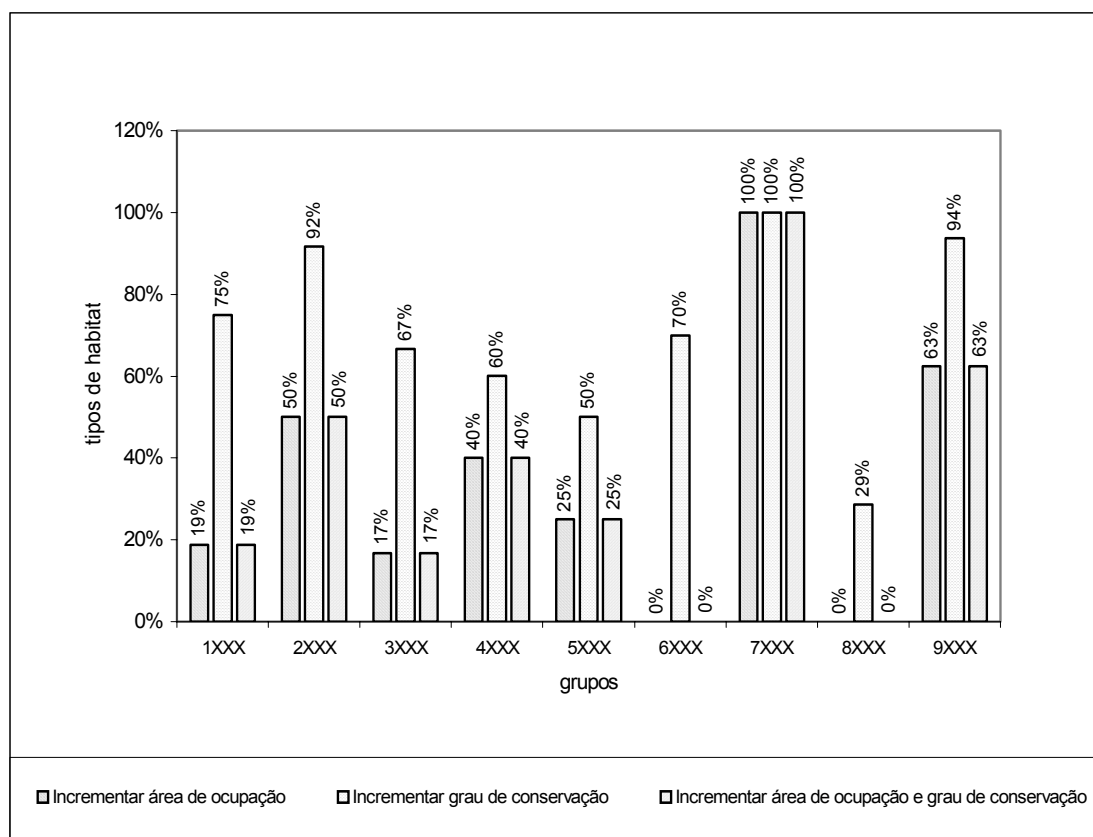


Fig.12 Objectivos de conservação por grupos de tipos de habitat

O grupo menos exigente é o de habitats rochosos e grutas (8XXX), em que nenhum tipo de habitat necessita de aumento da área de ocupação e apenas 29% requer a melhoria da sua conservação. Seguem-se, nesta análise, o grupo das formações herbáceas naturais e seminaturais (6XXX) – com 70% a requerer um melhor estado de conservação, mas não aumento de área –, o grupo dos habitats de água doce (3XXX) – com 67% exigindo melhor conservação, mas apenas 17% solicitando a expansão da sua área de ocupação –, e o grupo dos matos esclerófilos (5XXX) – com 50% dos tipos necessitado de incremento, mas apenas metade destes requerendo aumento de área de conservação.

A análise acima reflecte a raridade e a sensibilidade dos habitats turfosos, mas também a pressão humana exercida sobre o litoral e a degradação e fragmentação dos habitats florestais por diversas actividades, nomeadamente a transformação de áreas destes habitats em florestas de produção. Notória é igualmente a fraca apetência das actividades humanas pelos habitats rochosos. A discrepância entre os objectivos de conservação preconizados para a área de ocupação e estado de conservação dos habitats de água doce, é reflexo da sua especificidade em termos de ocupação espacial, mas também demonstrativo do seu baixo grau de conservação. O reduzido ou desnecessário aumento de área para os grupos das formações herbáceas naturais e seminaturais (6XXX) e dos matos esclerófilos (5XXX) pode dever-se à renaturalização e evolução ecológica destes espaços face ao êxodo rural, mas mais provavelmente será devida à grande extensão natural que estes grupos ocupam em Portugal continental. No entanto uma apreciável percentagem de tipos em ambos os grupos requer a melhoria da sua conservação.

Se descermos ainda ao nível dos subgrupos<sup>5</sup>,

<b>código</b>	<b>total de hab</b>	<b>designação do subgrupo</b>
11XX	6	Habitats de mar aberto e áreas mareais ( <i>e.g.</i> bancos de areia ou de lodo, com ou sem vegetação, estuários, rias, lagoas costeiras, recifes)
12XX	3	Falésias marítimas ( <i>e.g.</i> atlânticas, mediterrânicas com <i>Limonium</i> endémicos)
13XX	3	Sapais e prados salgados atlânticos e interiores ( <i>e.g.</i> vegetação pioneira, formações de <i>Spartina</i> , prados-junciais atlânticos)
14XX	3	Sapais e prados salgados mediterrânicos e termoatlânticos ( <i>e.g.</i> prados, junciais, sapais, matos halonitrófilos)
15XX	1	Estepes interiores halófilas ( <i>e.g.</i> vegetação seca de sapal alto)
21XX	7	Dunas marítimas das costas atlânticas ( <i>e.g.</i> dunas embrionárias, “brancas”, cinzentas, fixas com tojais, tojais-urzais, tojais-estevais, com <i>Salix arenaria</i> , arborizadas, depressões húmidas intradunares)
22XX	4	Dunas marítimas das costas mediterrânicas ( <i>e.g.</i> dunas e paleodunas com

<sup>5</sup> Comissão Europeia (Direcção Geral de Ambiente; Unidade Natureza e Biodiversidade) (2003). *Interpretation Manual of European Union Habitats*. Bruxelas.

		prados anuais, matagais de zimbro, <i>Cisto-Lavanduletalia</i> , <i>Pinus</i> )
23XX	1	Dunas interiores (e.g. dunas com arrelvados de <i>Corynephorus</i> )
31XX	7	Águas paradas (e.g. oligotróficas, com <i>Isoëtes</i> , <i>Littorelletalia</i> , <i>Chara</i> , <i>Nitella</i> , eutróficas, distróficas, temporárias, permanentes)
32XX	5	Águas correntes (e.g. cascalheiras ribeirinhas, com ranúnculos flutuantes, <i>Chenopodium</i> e <i>Bidention</i> , margens <i>Paspalo-Agrostidion</i> , com ou sem cortinas de salgueiros e choupos, permanentes ou intermitentes)
40XX	5	Charnechas e matos das zonas temperadas (e.g. urzais turfófilos, urzais-tojais, tojais, urzais-zimbrados, tojais-estevais, higrófilos, mesófilos ou xerófilos, sobre substratos duros)
51XX	3	Matos submediterrânicos e temperados (e.g. matagais de buxo, piornais-serranos, matos com <i>Cistus palhinhae</i> )
52XX	2	Matagais arborescentes mediterrânicos (e.g. matagais de zimbro sobre substratos duros, de lauróides)
53XX	2	Matos termomediterrânicos pré-estépicos (e.g. matos de euforbiáceas, matagais meso-xerófilos, matos baixos calcícolas)
54XX	1	Friganas (e.g. comunidades arbustivas com <i>Astragalus tragacantha</i> )
61XX	2	Prados naturais (e.g. rupícolas basófilos, rasteiros pioneiros, psicroxerófilos)
62XX	3	Formações herbáceas secas seminaturais e fácies arbustivas (e.g. arrelvados calcícolas, xerófilos, cervunais)
63XX	1	Florestas esclerófilas sujeitas a pastoreio (e.g. montados de sobreiro ou azinho)
64XX	3	Pradarias húmidas seminaturais de ervas altas (e.g. com <i>Molinia</i> , juncais, comunidades de megafórbios)
65XX	1	Prados mesófilos (e.g. lameiros de feno)
71XX	2	Turfeiras ácidas de <i>Sphagnum</i> (e.g. turfeiras e biótopos higróturfosos)
81XX	1	Depósitos de vertente rochosos (e.g. cascalheiras)
82XX	4	Vertentes rochosas com vegetação casmofítica (e.g. afloramentos calcários e siliciosos com vegetação, rochas com crassifólias, lajes calcárias)
83XX	2	Outros habitats rupícolas (e.g. grutas, algares, minas, terrestres ou marinhas, submersas ou semi-submersas)
91XX	4	Florestas da Europa temperada (e.g. bosques de plano-caducifólias, freixiais, rupícolas ou paludosos de amieiro, salgueiro ou bidoeiro, florestas mistas de freixo, carvalho-roble e ulmeiro)
92XX	6	Florestas mediterrânicas caducifólias (e.g. carvalhais de carvalho-alvarinho, carvalho-negral, carvalho-cerquinho, soutos e castiçais, galerias ribeirinhas de choupo e/ou salgueiro, amiais com adelfeira,

		galerias de loendro, tamargueira e tamujo)
93XX	4	Florestas esclerófilas mediterrânicas (e.g. bosques de zambujeiro e alfarrobeira, sobreirais, azinhais, azevinhais)
95XX	2	Florestas de coníferas das montanhas mediterrânicas (e.g. bosques com zimbro, bosquetes de teixo)

veremos que os subgrupos em que todos os tipos de habitat requerem incremento do grau de conservação são:

- Habitats de mar aberto e áreas mareais (11XX)
- Dunas marítimas das costas atlânticas (21XX)
- Dunas marítimas das costas mediterrânicas (22XX)
- Matagais arborescentes mediterrânicos (52XX)
- Florestas esclerófilas sujeitas a pastoreio (63XX)
- Prados mesófilos (65XX)
- Turfeiras ácidas de *Sphagnum* (71XX)
- Outros habitats rupícolas (83XX)
- Florestas da Europa temperada (91XX)
- Florestas mediterrânicas caducifólias (92XX)
- Florestas de coníferas das montanhas mediterrânicas (95XX)

Aqui, como expectável em virtude da análise que já havíamos efectuado aos grupos, encontramos destacados os subgrupos das turfeiras (71XX), dos tipos de habitat florestal (91XX, 92XX e 95XX), dos matagais arborescentes (52XX) e dos montados (63XX), das dunas costeiras (21XX e 22XX) e dos habitats em meio marinho (11XX), e por fim dos lameiros meso-higrófilos de feno (65XX) e das grutas marinhas e terrestres (83XX).

Se observarmos agora os subgrupos mais exigentes em termos de incremento de área de ocupação, para a totalidade dos tipos, teremos:

- Turfeiras ácidas de *Sphagnum* (71XX)
- Florestas de coníferas das montanhas mediterrânicas (95XX)

E para  $\frac{3}{4}$  dos tipos:

- Dunas marítimas das costas mediterrânicas (22XX)
- Florestas da Europa temperada (91XX)
- Florestas esclerófilas mediterrânicas (93XX)

Aqui mais uma vez teremos uma predominância das turfeiras (71XX) e dos habitats florestais (95XX, 91XX e 93XX) e dunares (22XX). De notar que já não encontramos aqui como mais exigente em termos de incremento de área o subgrupo das florestas caducifólias (92XX), onde se incluem os

carvalhais e diversas galerias ribeirinhas, mas sim o subgrupo das florestas esclerófilas mediterrânicas (93XX), que integra os bosques de zambujeiro e alfarrobeira e os sobreirais e azinhais, o que significa que mais do que melhorar o seu estado de conservação, importa expandir a sua área de ocupação.

Avaliando os subgrupos na óptica das necessidades de cumprimento de ambos os objectivos de conservação (área e conservação), verificamos que são os subgrupos das turfeiras (71XX) e das florestas de coníferas das montanhas (95XX) aqueles cuja totalidade de tipos exige a sua prossecução. Logo em seguida temos as dunas e paleodunas mediterrânicas (22XX), os bosques e galerias temperadas (91XX) e as florestas esclerófilas mediterrânicas (93XX).

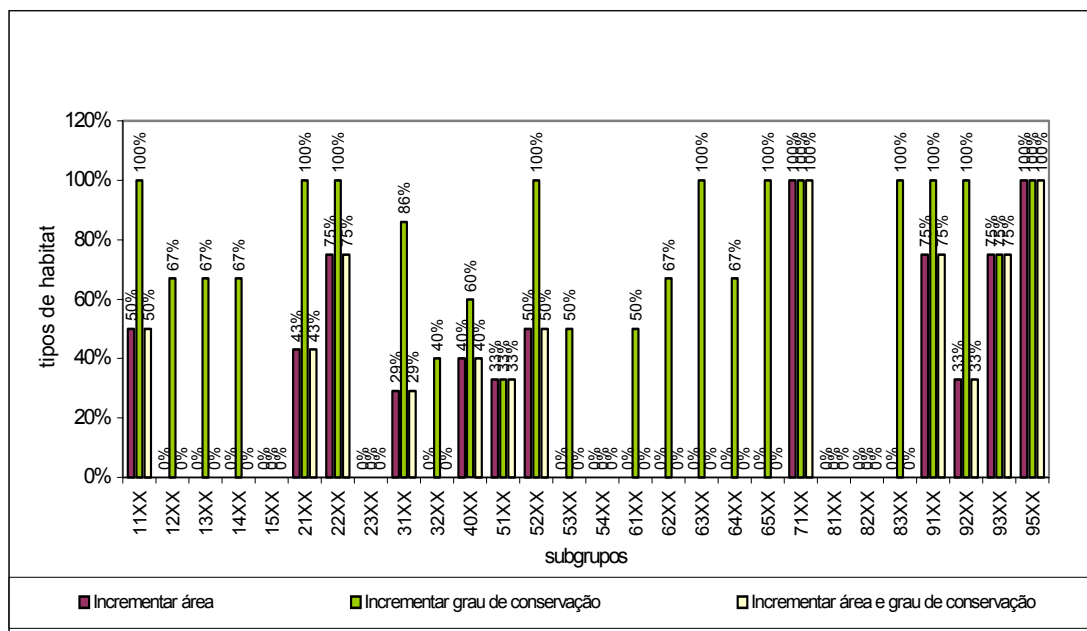


Fig.13 Objectivos de conservação por subgrupos de tipos de habitat

Sem necessidade de aumento de área de ocupação de qualquer dos seus tipos de habitat encontramos diversos subgrupos que, ou têm uma extensão de ocorrência apreciável:

- Sapais e prados salgados atlânticos e interiores (13XX)
- Sapais e prados salgados mediterrânicos e termoatlânticos (14XX)
- Estepes interiores halófilas (15XX)
- Matos termomediterrânicos pré-estépico (53XX)
- Prados naturais (61XX)
- Formações herbáceas secas seminaturais (62XX)
- Florestas esclerófilas sujeitas a pastoreio (63XX)

ou estão limitados por condições geográficas, topográficas, geológicas ou edáficas:

- Falésias marítimas (12XX)
- Dunas interiores (23XX)
- Águas correntes (32XX)
- Friganas (54XX)
- Prados mesófilos (65XX)
- Depósitos de vertente rochosos (81XX)
- Vertentes rochosas com vegetação casmofítica (82XX)
- Outros habitats rupícolas (83XX)

É também desta lista acima que emergem os subgrupos cujos tipos não requerem um incremento do grau de conservação:

- Estepes interiores halófilas (15XX)
- Dunas interiores (23XX)
- Friganas (54XX)
- Depósitos de vertente rochosos (81XX)
- Vertentes rochosas com vegetação casmofítica (82XX)

Deve ressaltar-se que os subgrupos das estepes interiores halófilas (15XX), dunas interiores (23XX) e friganas (54XX) são monotípicos.

## II. As espécies da Flora da Directiva 92/43/CEE (“Habitats”)

Relativamente ao espaço comunitário EUR15 importa analisar, por região biogeográfica, qual a contribuição de Portugal para a conservação das espécies da flora, em termos do número de espécies incluídas no Anexo II da Directiva Habitats que ocorrem em Portugal continental.

Para um total de 243 espécies de interesse Comunitário da Região Mediterrânica, Portugal integra 82, e das 52 espécies da Região Atlântica, 12 ocorrem em Portugal.

A comparação com os restantes Estados-membros permite verificar que Portugal detém uma percentagem significativa (31,7%) das espécies da flora constantes do Anexo II da Directiva Habitats. Tal facto é esclarecedor quanto à biodiversidade existente em Portugal, mas também é indicativo da responsabilidade que Portugal assume relativamente à conservação destas espécies.

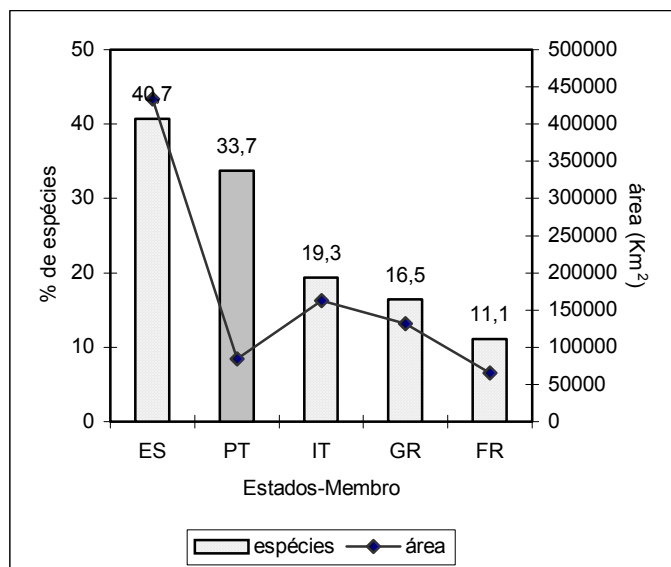


Fig.14 Espécies da Flora representadas e áreas de cada Estado-membro na Região Mediterrânica

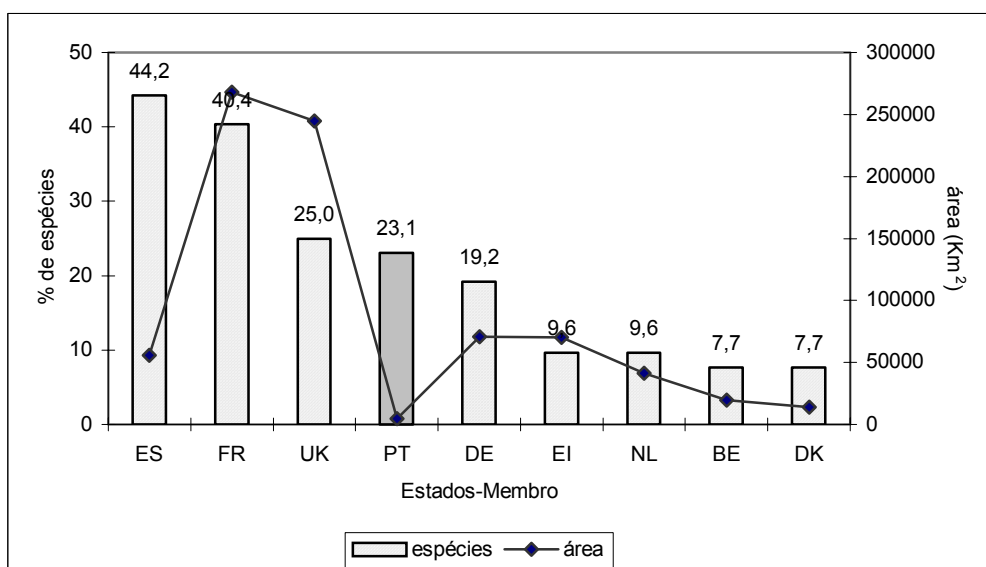


Fig.15 Espécies da Flora representadas e áreas de cada Estado membro na Região Atlântica

No que toca à região Mediterrânica, Portugal, tal como Espanha, desempenha um papel importantíssimo, detendo as percentagens mais elevadas em termos de número de espécies incluídas no Anexo II da Directiva Habitats. Em Portugal ocorrem 14 espécies prioritárias, o que equivale a 14,4 % do total de espécies prioritárias na Região Mediterrânica.

No que se refere à contribuição de Portugal para a conservação da flora na Região Atlântica, e tendo em conta a pequena área nacional que integra esta Região pode considerar-se que a percentagem de espécies

da flora representada em Portugal é também bastante significativa. Nesta área ocorrem 2 espécies prioritárias, o que equivale a 16,7 % do total de espécies prioritárias na Região Atlântica.

Em ambas as situações, Portugal possui uma representatividade de espécies muito superior ao expectável, dada a sua pequena superfície relativa nas Regiões Biogeográficas (0,57% de área da Região Atlântica e 9,62% de área da Região Mediterrânica).

Relativamente às espécies da flora do Anexo II da Directiva Habitats que ocorrem em Portugal, interessa analisar igualmente a importância de Portugal para a conservação de cada uma dessas espécies.

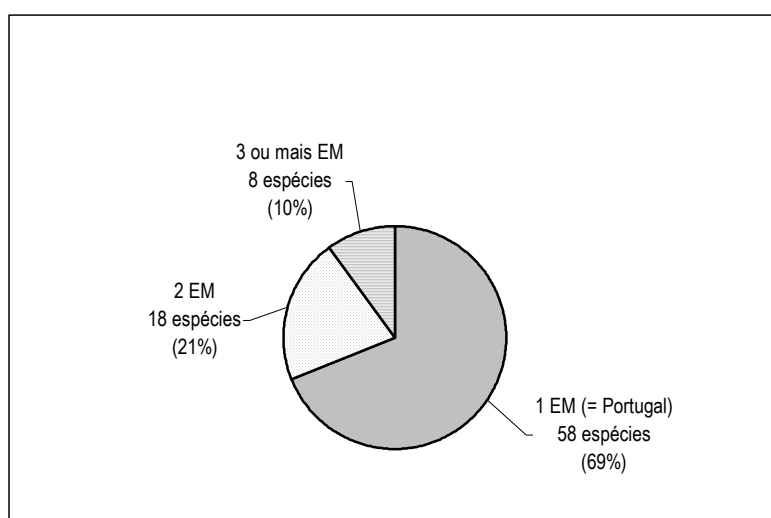


Fig.16 Espécies da Flora incluídas no Anexo II da Directiva Habitats que ocorrem em Portugal e a sua representação nos restantes Estados-membros (EM)

Como é patente na Fig.16, uma grande parte das espécies da flora do Anexo II que ocorrem em Portugal é composta por endemismos lusitanos. De igual modo, das espécies em análise que ocorrem apenas em 2 Estados-membros, 14 em 18 são exclusivas da Península Ibérica. Nestas circunstâncias, e sobretudo no que se refere aos endemismos, Portugal tem uma responsabilidade acrescida na conservação das espécies da flora.

### Espécies da Flora e Sítios onde ocorrem

Interessa analisar igualmente a distribuição das espécies em Portugal. Pela análise do gráfico da Fig.17, é possível verificar que a maior parte das espécies possui uma distribuição bastante restrita a nível nacional, o que se reflecte no número de Sítios onde se encontram representadas.

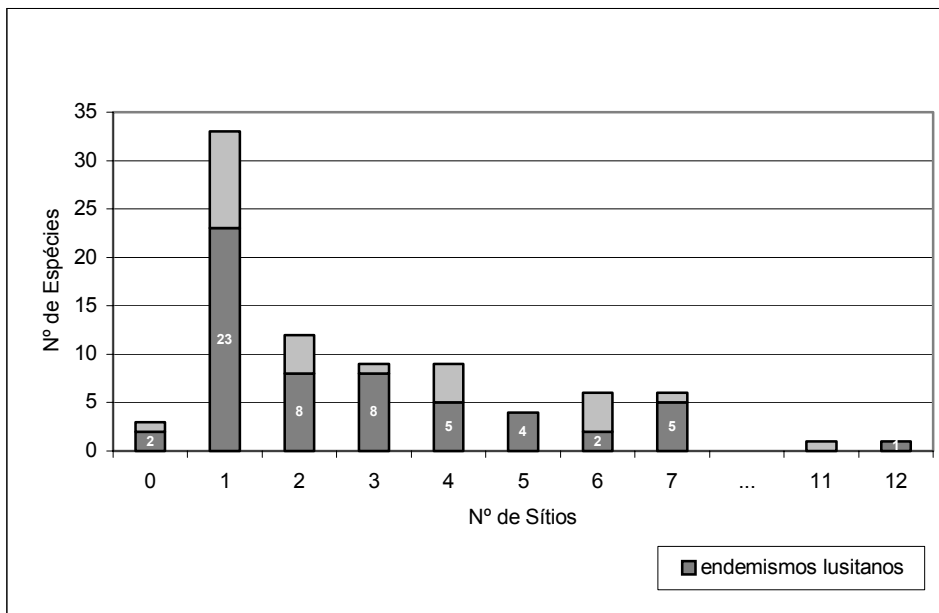


Fig.17 Espécies da Flora do Anexo II e nº de Sítios onde ocorrem, com referência aos endemismos lusitanos.

A análise do gráfico torna evidente que uma percentagem muito elevada de espécies se encontra representada em apenas um Sítio, mas a este facto importa acrescentar outro dado importante: do universo destas 33 espécies, 70% são também endemismos lusitanos. O que significa que estes Sítios desempenham um papel crucial na conservação de tais espécies (ver caixa 1).

É importante destacar que as espécies com distribuição muito localizada são particularmente vulneráveis a factores de ameaça, na medida em que a afectação das suas reduzidas áreas de ocorrência poderá significar a extinção a nível global.

Nestas circunstâncias, são espécies cuja conservação é prioritária, devendo ser alvo de medidas de protecção rigorosa.

O mesmo se aplicará a espécies que não sendo endémicas de Portugal têm a sua representação no território nacional restringida a um único Sítio (ver caixa 2).

**Endemismos lusitanos que ocorrem num único Sítio**

- Avenula hackellii*
- Biscutella vicentina*
- Chaenorhinum serpyllifolium* subsp. *lusitanicum*
- Cistus palhinhae*
- Diplotaxis vicentina*
- Herniaria algarvica*
- Plantago almogravensis*
- Silene rothmaleri* **Costa Sudoeste**
  
- Armeria pseudarmeria*
- Dianthus cintranus*
- Omphalodes kuzinskyanae* **Sintra / Cascais**
  
- Armeria berlangensis*
- Herniaria berlangiana* **Arquipélago da Berlenga**
  
- Centaurea rothmalerana*
- Festuca henriquesii* **Serra da Estrela**
  
- Asphodelus bento-rainhae* ----- **Serra da Gardunha**
- Bryoerythrophyllum campylocarpum* ---- **Corno do Bico**
- Convolvulus fernandesii* ----- **Arrábida / Espichel**
- Festuca brigantina* ----- **Montesinho / Nogueira**
- Halimium verticillatum* ----- **Cabeção**
- Linaria ricardoj* ----- **Alvito / Cuba**
- Narcissus scaberulus* ----- **Carregal do Sal**
- Plantago algarbiensis* ----- **Barrocal**

caixa 1

**Outras espécies que ocorrem num único Sítio**

- Armeria velutina* ----- **Ria Formosa/Castro Marim**
- Apium repens* ----- **Costa Sudoeste**
- Culcita macrocarpa* ----- **Valongo**
- Eryngium viviparum* ----- **Montesinho/Nogueira**
- Marsilea quadrifolia* ----- **Alvão/Marão**
- Narcissus humilis* ----- **Guadiana/Juromenha**
- Narcissus pseudonarcissus* subsp. *nobilis* ---- **Serras da Peneda e Gerês**
- Petalophyllum ralfsii* ----- **Barrocal**
- Riella helicophylla* ----- **Ria Formosa/Castro Marim**
- Trichomanes speciosum* ----- **Valongo**

caixa 2

Contudo, embora as espécies que ocorrem em apenas um Sítio sejam claramente uma prioridade no que respeita a objectivos de conservação, Portugal não esgota de todo a sua responsabilidade nessas espécies, sendo visível no gráfico apresentado a quantidade significativa de espécies (que na sua maioria são endemismos lusitanos) com distribuições restritas, concentrados em muito poucos Sítios do universo dos 60 Sítios classificados em Portugal continental (ver caixas 3 e 4).

#### Espécies que ocorrem apenas em 2 Sítios

##### Endemismos lusitanos:

*Jasione crispa* subsp. *serpentina* ----- Montesinho/Nogueira + Samil  
*Leuzea longifolia* ----- Azabuxo/Leiria + Cabeção  
*Limonium dodartii* subsp. *lusitanicum* ----- Sintra/Cascais + Peniche/Sta Cruz  
*Linaria coutinhoi* ----- Montesinho/Nogueira + Douro Internacional  
*Melilotus segetalis* subsp. *fallax* - Estuário do Sado + Ria Formosa/Castro Marim  
*Ononis hackelii* ----- Costa Sudoeste + Comporta/Galé  
*Pseudarrhenatherum pallens* ----- Arrábida/Espichel + Costa Sudoeste  
*Tuberaria major* ----- Ria Formosa/Castro Marim + Barrocal

##### Endemismos ibéricos:

*Holcus setigulum* subsp. *duriensis* ---- Douro Internacional + Rios Sabor e Maças  
*Jasione lusitana* ----- Barrinha de Esmoriz + Litoral Norte

##### Restantes espécies

*Bruchia vogesiaca* ----- Corno do Bico + Serra da Estrela  
*Woodwardia radicans* ----- Serras da Peneda e Gerês + Serras da Freita e Arada

caixa 3

#### Espécies que ocorrem apenas em 3 Sítios

##### Endemismos lusitanos:

*Centaurea fraylensis* ----- Monchique + Costa Sudoeste + Comporta/Galé  
*Coincya cintrana* ----- Sintra/Cascais + Serras de Aire e Candeeiros + Serra de Montejuento  
*Dianthus marizii* ----- Montesinho/Nogueira + Morais + Samil  
*Limonium multiflorum* --- Sintra/Cascais + Peniche/Santa Cruz + Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas  
*Linaria algarviana* ----- Costa Sudoeste + Ria Formosa/Castro Marim + Ria de Alvor  
*Linaria ficalhoana* ----- Estuário do Sado + Comporta/Galé + Costa Sudoeste  
*Myosotis retusifolia* ----- Estuário do Sado + Comporta/Galé + Costa Sudoeste  
*Thymus lotocephalus* ----- Barrocal + Ria Formos/Castro Marim + Ribeira de Quarteira

##### Endemismos ibéricos:

*Narcissus cyclamineus* ----- Valongo + Corno do Bico + Serras da Freita e Arada

caixa 4

Das três espécies que não estão referidas para nenhum Sítio, duas são consideradas como provavelmente extintas: *Astragalus algarbiensis*\* – um endemismo luso-mauritânico, que estará provavelmente extinto em Portugal, ocorrendo ainda em Marrocos, e *Armeria neglecta* – um endemismo lusitano provavelmente extinto em definitivo. Quanto à terceira, *Narcissus fernandesii*, as prospecções efectuadas no interior das áreas classificadas para as quais se encontrava assinalado têm resultado infrutíferas. Supõe-se todavia que a espécie não se encontra extinta em Portugal, estando em processo de confirmação pelo menos uma citação para um local não englobado num Sítio.

Existem também algumas outras espécies cuja ocorrência não tem sido confirmada em prospecções recentes e que poderão considerar-se em situações limite de risco de extinção, nomeadamente *Apium repens*, dado para o Sítio Costa Sudoeste, e *Armeria velutina*, endemismo ibérico citado em Portugal para o Sítio Ria Formosa /Castro Marim.

Contudo, estes dados deverão ser avaliados com alguma prudência, dado que factores relacionados com o ciclo biológico das espécies podem ser determinantes para o sucesso de prospecção e também um esforço superior de prospecção pode permitir a descoberta de novos locais e áreas de ocorrência. Refira-se, como exemplo, o caso de *Eryngium viviparum*<sup>6</sup>, espécie que se supunha extinta, mas que foi recentemente redescoberta na Serra da Nogueira, numa área distante do seu local clássico de ocorrência.

### O estado de conservação das espécies da Flora

A análise da distribuição das espécies é bastante esclarecedora quanto à sua vulnerabilidade, devendo contudo ser acompanhada de dados relativos ao seu estado de conservação. Embora de uma forma geral as espécies mais ameaçadas correspondam às que apresentam distribuições mais restritas (geralmente ocorrendo em menos Sítios), existem algumas situações que caem fora deste padrão.

A avaliação do estado de conservação das espécies está intimamente relacionada com a análise da sua área de distribuição mas depende também de outros factores, tais como o número de efectivos, o número de localizações, a fragmentação das populações e a tendência populacional.

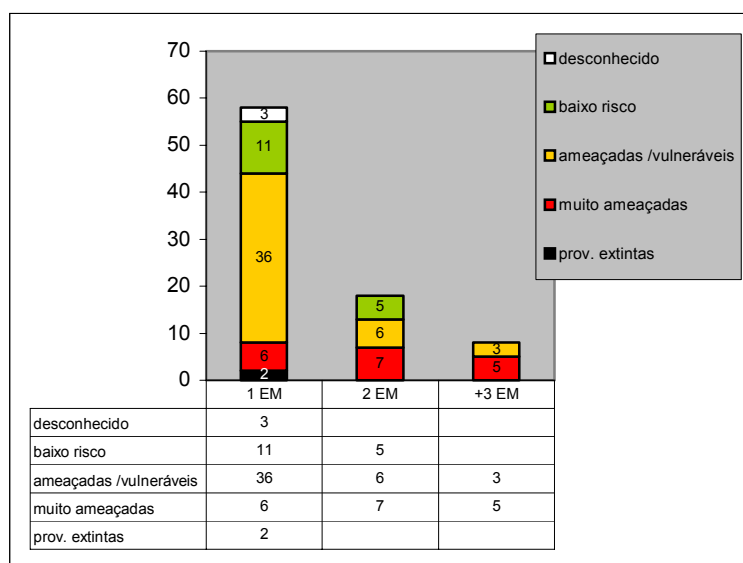


Fig.18.<sup>6</sup> Estado de conservação das espécies da Flora que ocorrem em um Estado-membro, em dois ou em mais de três Estados-membros.

A análise da Fig.18 chama a atenção em primeiro lugar, para o elevado número de espécies que se encontram em estado desfavorável de conservação – pelo menos 63, entre muito ameaçadas, ameaçadas e vulneráveis, sendo que 42 destas espécies são endemismos lusitanos.

<sup>6</sup> As categorias que se apresentam na Fig. 18, não representam um estatuto de conservação "oficial" dada a inexistência de um Livro Vermelho da Flora, mas são indicativas do estado de conservação das espécies, tendo sido estimadas com base na informação das fichas de caracterização de espécies (Vol. II) e na sua distribuição conhecida.

Considerando que os Estados-membros têm por obrigação a manutenção das espécies num estado favorável de conservação, tal implicará por parte de Portugal um esforço considerável na melhoria do grau de conservação de um número significativo de espécies que ocorrem no seu território continental.

### III. As espécies da Fauna da Directiva 79/409/CEE (“Aves”)

Em Portugal Continental ocorrem naturalmente no estado selvagem cerca de 280 espécies de aves que correspondem a cerca de 41% das referidas para o universo EUR15. Contudo, dada a sua localização geográfica e características dos habitats, Portugal, juntamente com Espanha, alberga algumas espécies que aí ocorrem em números significativos e que são escassas nos restantes países da UE.

Considerando apenas as espécies alvo de orientações de gestão nas ZPE (e não levando em conta as espécies incluídas nos grupos de passeriformes migradores), 81,6% das espécies estão incluídas no anexo I da Directiva Aves e 73,7% são migradoras de ocorrência regular no espaço continental português. Dessas espécies a maioria tem estatuto de conservação preocupante na Europa, sendo que 8% são espécies ameaçadas a nível global (SPEC 1), 14% são espécies com estatuto de conservação desfavorável e concentradas na Europa (SPEC 2) e 46% espécies com estatuto de conservação desfavorável mas não concentrada na Europa (SPEC 3).

Destacam-se ainda em Portugal oito espécies residentes ou migradoras regulares e consideradas como prioritárias em termos de conservação na Europa Comunitária: a Abetarda *Otis tarda*, o Sisão *Tetrax tetrax*, o Abutre-preto *Aegypius monachus*, a Águia-imperial *Aquila adalberti*, a Águia de Bonelli *Hieraetus fasciatus*, o Francelho *Falco naumanni*, o Camão *Porphyrio porphyrio* e a Gaiivota de Audouin *Larus audouinii*.

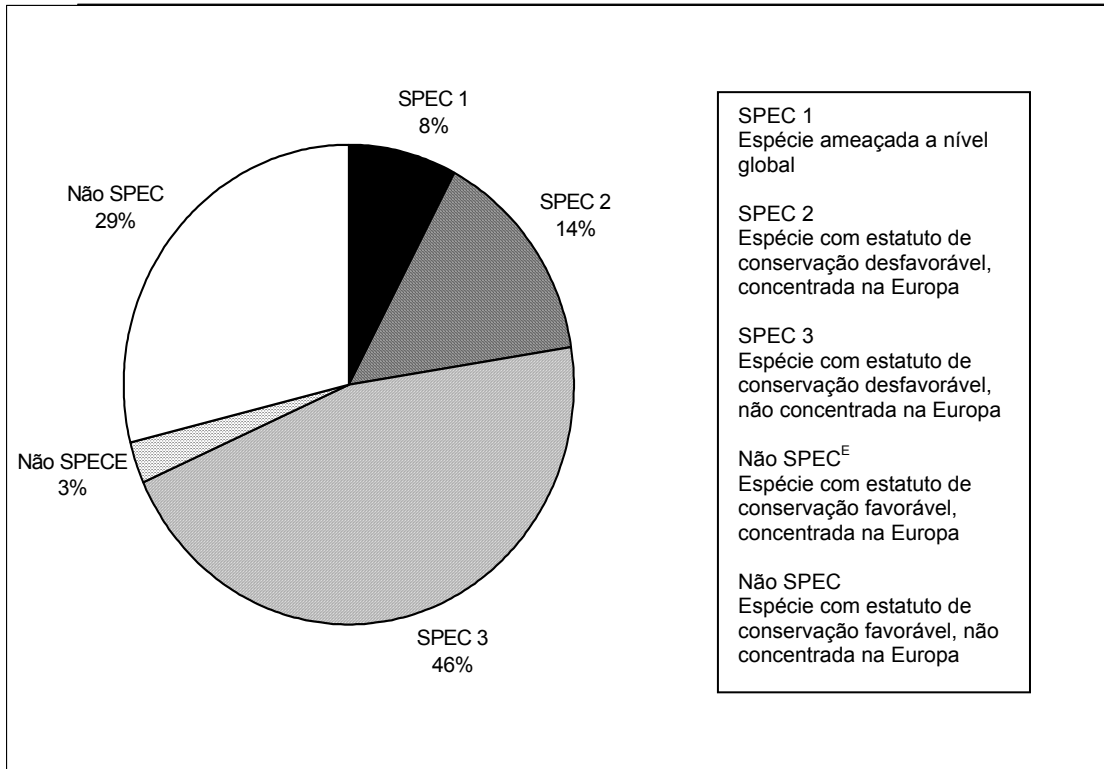


Fig.19 Espécies de Conservação Preocupante na Europa (SPEC) (BirdLife International 2004)

Em termos nacionais, e considerando a classificação do Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (em publicação), 16% das espécies “alvo” estão classificadas como Criticamente em Perigo, 18% estão Em Perigo, 25% têm estatuto Vulnerável e 9% Quase Ameaçado.

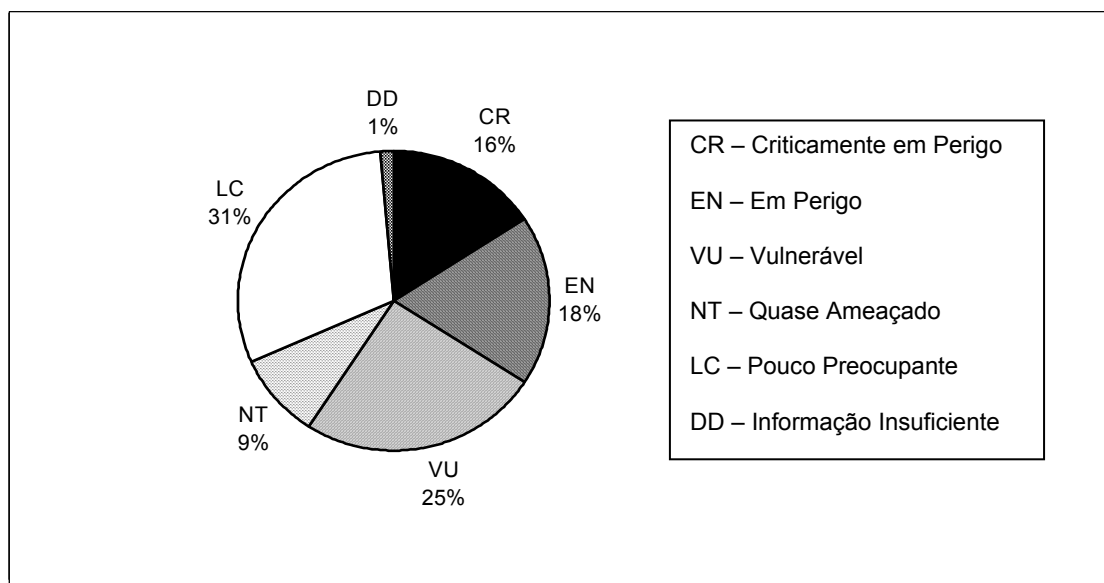


Fig.20 Estatuto de Conservação das espécies-alvo em Portugal (Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, em publ.)

#### IV. As espécies da Fauna da Directiva 92/43/CEE (Invertebrados, peixes, anfíbios, répteis e mamíferos)

Em Portugal Continental ocorrem 47 das espécies da fauna incluídas no Anexo II da Directiva Habitats (considerando que o esturção *Acipenser sturio* se encontra extinto), distribuídas da seguinte maneira (Fig.21):

- 28 ocorrem na região Atlântica, correspondendo a 34.6% do total das espécies desta região, sendo duas delas prioritárias (*Callimorpha quadripunctaria* e *Canis lupus*);
- 46 ocorrem na região Mediterrânica, correspondentes a 31.7% do total das espécies desta região, três das quais prioritárias (*Canis lupus*, *Lynx pardinus* e *Callimorpha quadripunctaria*).

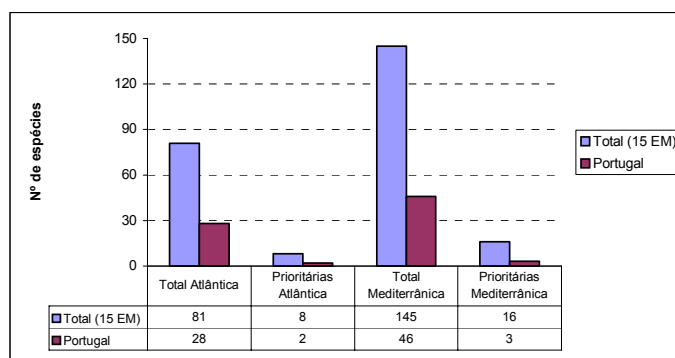


Fig.21 Espécies por Região Biogeográfica

Destas espécies, apenas o salmão (*Salmo salar*) é exclusivo da região Atlântica, enquanto existem 6 espécies exclusivas da região Mediterrânica (*Anaocypris hispanica*, *Barbus comiza*, *Chondrostoma lusitanicum*, *Rutilus lemmingii*, *Lynx pardinus* e *Microtus cabreræ*).

Comparando com os restantes Estados-membros (EUR15), Portugal apresenta também para estes grupos de valores uma biodiversidade bastante significativa. No que respeita à região Atlântica (Fig 22), Portugal é o quinto EM com maior número de espécies ocorrentes, o que representa uma proporção bastante elevada, atendendo a que esta região ocupa uma percentagem bastante reduzida em Portugal Continental, como atrás especificado. É ainda de salientar a importância da Península Ibérica no contexto global da EUR15.

As mesmas conclusões se podem tirar relativamente à Região Mediterrânica (Fig.23).

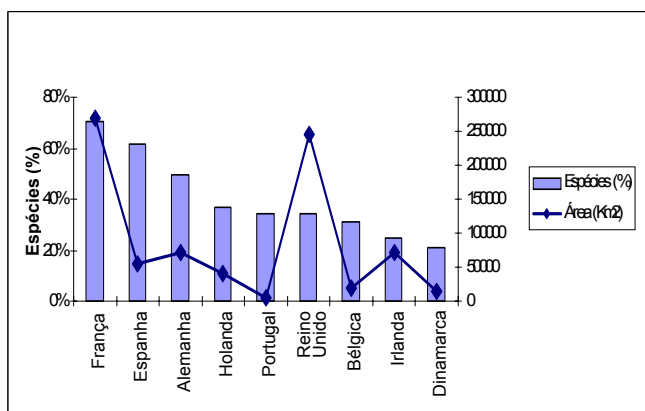


Fig. 22 Espécies da Fauna (excl. Aves) representadas e área de cada Estado-membro na Região Atlântica

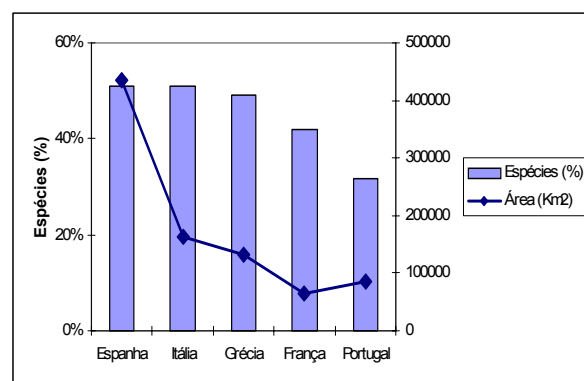


Fig.23 Espécies da Fauna (excl. Aves) representadas e área de cada Estado-membro na Região Mediterrânica

Analisando o total de espécies dos grupos em causa que ocorrem unicamente em Portugal ou em dois Estados-membros (Portugal e Espanha) (Fig. 24) é de salientar que:

- duas (4%) são exclusivas do nosso país (endemismos lusitanos) - *Chondrostoma lusitanicum*, que só ocorre na região Mediterrânica, e *Rutilus macrolepidotus*, o qual ocorre nas duas regiões;

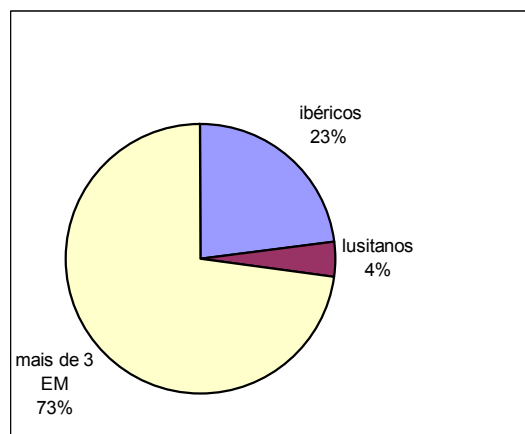


Fig.24 Endemismos lusitanos e ibéricos

- 11 (23%) ocorrem só em Portugal e Espanha (endemismos ibéricos), todos na região mediterrânica nacional, e três simultaneamente na região Atlântica.

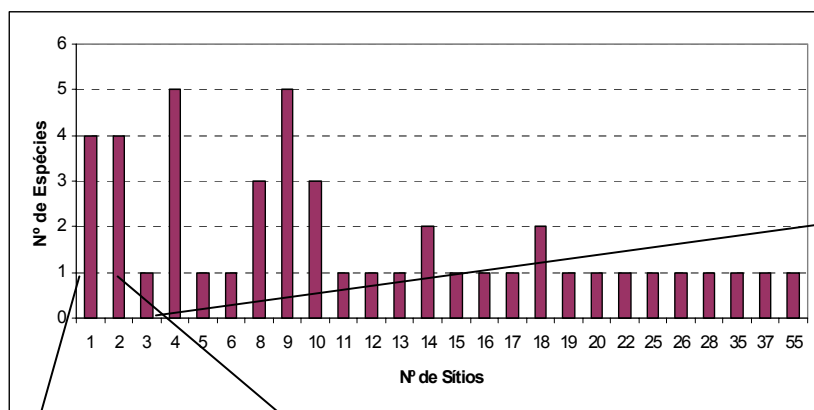
No Quadro seguinte são discriminados os endemismos lusitanos e ibéricos, e sobre os quais acresce a responsabilidade de Portugal na sua conservação:

	Portugal		Espanha	
	Mediterrânica	Atlântica	Mediterrânica	Atlântica
<b>Endemismos lusitanos:</b>				
<i>Chondrostoma lusitanicum</i>	X			
<i>Rutilus macrolepidotus</i>	X	X		
<b>Endemismos ibéricos:</b>				
<i>Anaocypris hispanica</i>	X		X	
<i>Barbus comiza</i>	X		X	
<i>Chioglossa lusitanica</i>	X		X	X
<i>Chondrostoma polylepis</i>	X	X	X	X
<i>Lacerta monticola</i>	X		X	X

<i>Lacerta schreiberi</i>	X		X	X
<i>Lynx pardinus</i>	X		X	
<i>Microtus cabrerai</i>	X		X	
<i>Rutilus alburnoides</i>	X	X	X	
<i>Rutilus arcasii</i>	X	X	X	
<i>Rutilus lemmingii</i>	X		X	

**Espécies da Fauna (excl. aves) e Sítios onde ocorrem**

Das espécies existentes em Portugal, oito estão referenciadas para um, dois ou três Sítios (Fig.25), o que reforça a importância e responsabilidade da sua conservação. De facto, algumas espécies têm uma distribuição muito restrita, como é o caso de *Lacerta monticola*, que só ocorre no planalto da Serra da Estrela. No entanto, é de referir que a ocorrência num número limitado de sítios pode também ser devida à falta de informação sobre a distribuição da espécie. São exemplo disso algumas espécies de invertebrados, como *Coenagrion mercuriale* (referida para um sítio) e *Cerambyx cerdo* (dois sítios) e possivelmente *Geomalacus maculosus* (referido para dois sítios). Por outro lado, os cetáceos *Phocoena phocoena* e *Tursiops truncatus* ocorrem num e dois sítios, respectivamente, mas tal resultará também da (ainda) pouca expressão da Rede Natura 2000 no meio marinho.



Espécies dadas como ocorrentes em três Sítios

*Margaritifera margaritifera* ..... Montesinho/Nogueira  
 ..... Rio Paiva  
 ..... Serras da Peneda e Gerês

Espécies dadas como ocorrentes em dois Sítios

*Cerambyx cerdo* .....Serras da Peneda e Gerês  
 ..... Serra da Estrela  
*Geomalacus maculosus* ..... Serras da Peneda e Gerês  
 ..... Serra da Estrela  
*Tursiops truncatus* .....Arrábida/Espichel  
 ..... Estuário do Sado

Espécies dadas como ocorrentes num único Sítio

*Lacerta monticola* ..... Serra da Estrela  
*Coenagrion mercuriale* ..... Guadiana  
*Lampetra fluviatilis* ..... Estuário do Tejo  
*Phocoena phocoena* ..... Arrábida/Espichel

Fig.25 Espécies da Fauna (excl. aves) do anexo II e nº de Sítios onde ocorrem

Se se analisarem em particular os endemismos lusitanos e ibéricos destacam-se, para além da lagartixa-da-montanha *Lacerta monticola* já acima referenciada, duas espécies de peixes – o saramugo *Anaocypris hispanica* e a cumba *Barbus comiza* – cuja área de distribuição se encontra restrita à bacia do Guadiana (Caldeirão, Guadiana, Moura/Barrancos, S. Mamede e Guadiana, Guadiana/Juromenha,

Moura/Barrancos, S. Mamede, respectivamente). Obviamente que espécies com uma distribuição tão restrita são particularmente vulneráveis a factores de ameaça.

**O estado de conservação das espécies da Fauna (excl. aves)**

A análise da Fig. 26 permite verificar que 76% dos vertebrados (excl. Aves) possuem categoria de ameaça (CR - criticamente em perigo, EN - em perigo e VU - vulnerável), o que implica uma responsabilidade significativa para Portugal em termos da sua conservação no contexto Comunitário. De assinalar que nesta análise não se entra em conta com o grupo dos invertebrados, por não se possuir informação suficiente para definir o seu estatuto de conservação.

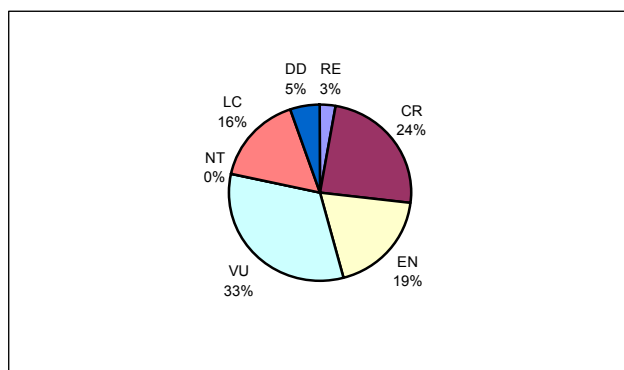


Fig.26 Estatuto de conservação das espécies da Fauna (excl. aves)  
(Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, em public.)

Analisando separadamente o estatuto dos endemismos lusitanos e ibéricos (Fig.27), realça-se o facto de 82% destes terem estatuto de ameaça.

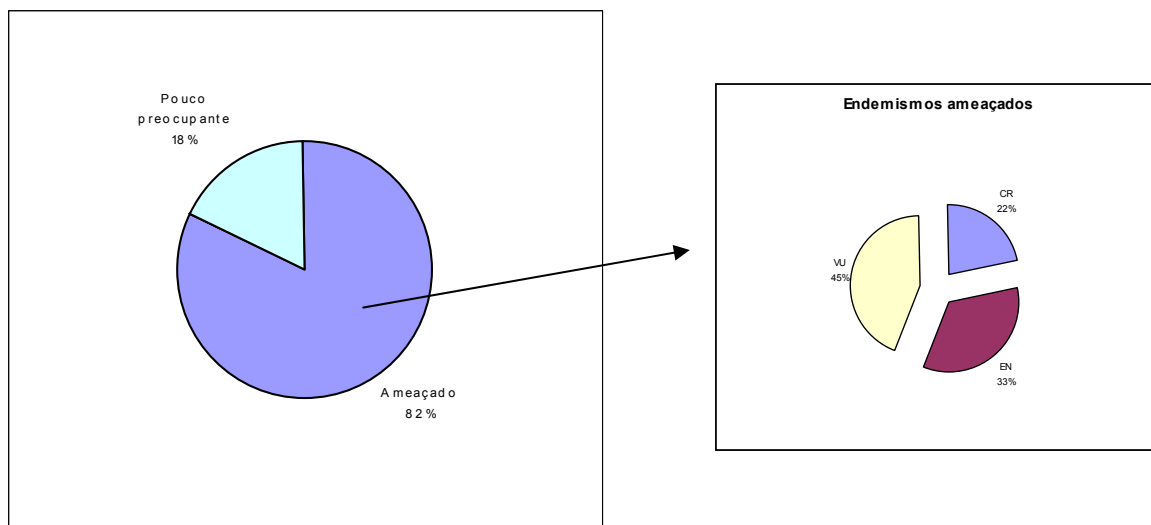


Fig.27 Estatuto de conservação dos endemismos ibéricos e lusitanos

No que respeita aos efectivos populacionais, deve ser preconizado o incremento dos efectivos populacionais de 25 espécies (41.7 %) da fauna (excl. aves), devendo este ser mantido para 14 espécies (29.2 %). A terceira coluna do gráfico da Figura 28 diz respeito a 8 espécies (10.4 %) que prevêem a manutenção nalgumas áreas e o incremento noutras. A falta de informação sobre algumas espécies (16.7 %) relativamente ao efectivo populacional e às áreas de ocupação levam a que não seja possível definir o objectivo a atingir.

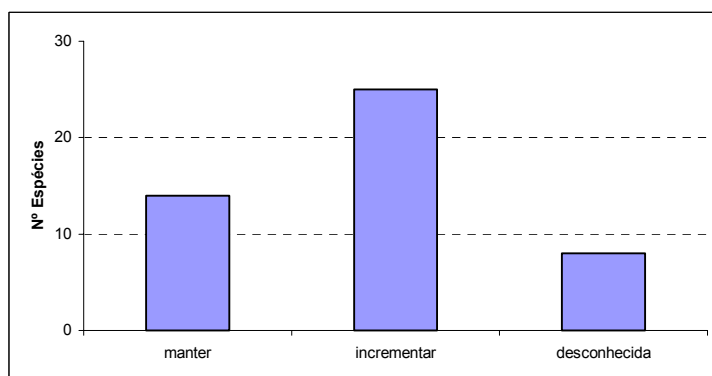


Fig.28 Objectivo de conservação – efectivo populacional

O objectivo Área de Ocupação tem um comportamento idêntico, estando previsto o seu incremento para 23 espécies (39.6 %) e a manutenção para 18 espécies (37.5 %).

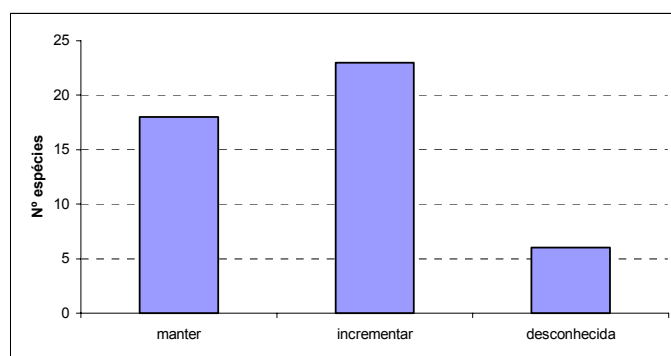


Fig.29 Objectivo de conservação – área de ocupação